

Maria Helena Tenório de Almeida

Isabel Cristina da Costa Cardoso, Ana Inês Simões Cardoso de Melo
e Elziane O. Dourado

Introdução

A entrevista realizada com Maria Helena Tenório de Almeida¹, assistente social e professora universitária de Serviço Social da UFRJ e da UERJ, já aposentada, reconstrói a memória das opções, percursos, contingências e lutas de sua trajetória de vida antes e depois de 1964. A entrevista revela a profunda experiência de formação humana e democrática de Maria Helena, anterior ao golpe militar, que se expressa no âmbito da vida cotidiana quando de sua socialização no universo familiar no interior rural de Pernambuco, na participação no Movimento de Educação de Base (MEB) e no movimento da Juventude Estudantil Católica (JEC). Os tempos da memória e da história social da entrevistada se entrelaçam aos tempos da sociedade e produzem uma rica experiência de resistência à ditadura, através da sua inserção na Juventude Universitária Católica (JUC) e na Ação Popular (AP), que permite resgatar a memória desse período e a participação de assistentes sociais na resistência democrática e na construção crítica ao conservadorismo da profissão.

Ao iniciarmos a realização da entrevista, Maria Helena, como anfitriã acolhedora e pessoa que preza uma boa conversa, nos recebeu com uma travessa de bolo de aipim, feito por ela mesma. Nos convidou a sentar, abriu um livro de Bourdieu, *A Miséria do Mundo*, e iniciou a leitura, como a nos lembrar da delicadeza do momento e do cuidado necessário com a memória e as palavras ali reveladas. Retomamos aqui um trecho dessa leitura e esperamos ter seguido de forma fiel o que nele está contido.

Como, de fato, não experimentar um sentimento de inquietação no momento de tornar públicas conversas privadas, confidências recolhidas numa relação de confiança que só se pode estabelecer na relação entre duas pessoas? Sem dúvida, todos os nossos interlocutores aceitaram confiar-nos o uso que seria feito de seus depoimentos. [...] Devíamos, pois, cuidar primeiramente daqueles que em nós confiaram [...]; mas convinha também, e acima de tudo, procurar colocá-los ao abrigo dos perigos aos quais nós exporíamos suas palavras, abandonando-as, sem proteção, aos desvios de sentido. (BOURDIEU, 1999, p. 9)

¹ A entrevista foi realizada pelas professoras Isabel Cardoso, Ana Inês Simões, membros da Equipe Editorial da Revista Em Pauta, com a colaboração da professora Elziane Olina Dourado, responsável pela gravação das imagens. A entrevista completa, bem como o vídeo da entrevista, encontram-se sob a guarda da revista e receberão o tratamento adequado enquanto material de memória e história social da profissão.

Prólogo de Maria Helena à entrevista

Falo de coração, não acho que o que eu fiz foi importante para alguém. Foi importante para mim, porque era a única coisa que eu poderia fazer no momento. Têm momentos na vida que a gente não tem muita escolha. Eu não podia ir embora para o exterior. E se eu não podia ir embora para o exterior, então: vou voltar a viver minha vida que eu neguei, desde que eu comecei a ter consciência de alguma coisa? Começar a viver a minha vida como outra pessoa? Trabalhar normalmente, garantir meu sustento, ajudar minha família, como eu sempre fiz? A outra opção era ser clandestina. [...] Por isso que eu disse antes, que eu fiz a única coisa que eu podia fazer naquele momento.

É por isso que eu falei da questão do livre-arbítrio: na verdade, naquele momento, em relação a essas coisas, não tinha muito o que se fazer. Viajar eu não podia... Ninguém se colocava no meu horizonte, eu era uma pessoa tão insignificante no meu lugar, que isso não era uma opção para mim. E também eu não me considerava assim tão importante a ponto de achar que fosse acontecer alguma coisa comigo. Embora, eu possa dizer que existe um momento em que eu perdi a inocência. Na verdade, nada do que eu vou dizer considero importante para ninguém, a não ser para mim mesma.

Em Pauta – A partir da sua história de vida, há uma coincidência entre o início da sua experiência política, durante a ditadura – esse pedaço da história que você chama “a vida que você não se reconhece mais” – e o seu ingresso na universidade, em 1964? Ou não?

Maria Helena – Não, começa antes.

Em Pauta – Então conta um pouco dessa história.

Da origem camponesa à participação no Movimento de Educação de Base (MEB) – Pré 1964

Maria Helena – Na verdade, a questão é a seguinte: eu sou do interior, filha de uma família que empobreceu...

Em Pauta – Interior de qual lugar?

Maria Helena – Interior de Pernambuco. Eu gostava muito de ler e lia qualquer coisa que me caísse nas mãos. E o que me caía nas mãos na época, não tinha nada a ver com a questão social. O “qualquer coisa” era romance. Então, eu li tudo que era romance que tinha na biblioteca da igreja. Por exemplo, um autor que eu me lembro muito é M. Delly. Eu lembro bem daquela biblioteca [...]. Eu era uma menina de família empobrecida e estava em um momento de começar ou não a estudar. Foi o esforço da minha mãe que fez com que a gente fosse estudar. Depois da década de 50, a par-

tir de Juscelino Kubistchek, é que você tem uma perspectiva de que só a educação dá mobilidade, que a educação permite ascender socialmente. E como a gente era empobrecido, o ideal era você não ficar naquilo e tentar ascender socialmente pela educação.

Em Pauta – A sua família era de origem camponesa?

Maria Helena – O meu bisavô era coronel, então ele tinha muitas posses, era muito rico, teve até escravos... Mas a medida em que as condições estruturais mudaram e as pessoas não souberam ou não puderam acompanhar, meu avô foi empobrecendo e quando chegou no meu pai, a família já estava pobre quando ele casou com a minha mãe. Minha mãe também é filha de fazendeiro. Naquele tempo as pessoas casavam por aproximação. Como meu avô dizia, “não é para casar com um trabalhador”. Então, tentava-se aproximar as famílias para que os filhos se casassem. Mas voltando a minha geração, a minha mãe queria levar a gente para estudar. Mas quando chego na cidade, na verdade, não tenho condição de entrar no colégio, que era um colégio pago, de freiras.

Em Pauta – A cidade já é Recife?

Maria Helena – Não. Essa cidade se chama Pesqueira e fica no interior de Pernambuco. A minha mãe foi embora para Pesqueira sozinha, colocar a gente para estudar nessa cidade porque era lá que tinha colégio. O colégio era de freiras, para as meninas, e de padres, para os meninos. Mas eu não tinha condição de ir para esse colégio porque era pago. Eu desejava ardentemente estudar, mas não podia. E enquanto eu não podia, apareceu um trabalho lá em Pesqueira, na loja Casa Carlos José Araújo. Eu fui muito a contragosto trabalhar, está entendendo? Mas quando eu cheguei lá, eu me saí tão bem no trabalho...

Em Pauta – Era casa de quê?

Maria Helena – Loja de tecido e aí eu fui trabalhar na parte do escritório. A gente trabalhava em um tempo ainda em que se somavam os talões que vinham e eu era responsável por dar o resultado final do lucro de cada dia. E eu fazia aquilo com uma facilidade tão grande, que precisava de mais trabalho para mim. E eles me davam sempre mais trabalho... Mas eu queria mesmo era ir para o colégio, eu queria estudar. Tenho uma irmã que, nessa época, já estava no colégio, porque ela era a mais velha e tinha ganhado uma bolsa. Como não podíamos pagar para estudar, só pôde ir ela. Uma vez, indo ao colégio da minha irmã, as freiras notaram meu desejo de estudar e a minha impossibilidade. Então, elas me ofereceram uma bolsa de estudo. Foi quando eu larguei a loja. Mas eu precisava daquele salário, precisava para mim e para ajudar em casa. Eu tentei ainda ficar trabalhado e estudando, mas não podia, porque a loja não permitia, eram oito horas de trabalho no comércio. Então minha mãe falou: “vamos ver, já que você ganhou a bolsa, a gente vai ter que passar sem isso. [...] Você vai!”

Eu ainda me lembro do dia em que as aulas tinham começado e como minha mãe fez a minha roupa, minha farda, que era toda de preguinhas.

Eu arrumei aquela farda cheia de preguinhas e coloquei em baixo do colchão da cama. O dia mais feliz da minha vida foi quando vesti essa farda para ir ao colégio.

Em Pauta – Qual era a sua idade?

Maria Helena – Eu devia ter uns 17, 18 anos, mais ou menos, acho. Era para eu ter entrado antes, porque terminei meu primário com oito anos de idade. Fiquei repetindo, porque não tinha nada para fazer. Quando entrei no colégio, era um colégio para curso normal, para ser professora. Lá eu fiz o ginásio. Eu vivia estudando e dava aula para outros alunos que tinham dificuldade, para ganhar algum dinheirinho. (risos)

Em Pauta – Já era professora desde aquela época? (risos)

Maria Helena – Depois teve a passagem para o pedagógico, porque o sistema era assim: ginásio e pedagógico. Na passagem para o pedagógico, eu sabia que tinha uma regra que estabelecia que quem ganhasse o primeiro lugar nos três anos de pedagógico, tinha o direito a uma bolsa de professor, uma bolsa não, ganhava-se uma cadeira, a gente chamava assim. Ganhava uma cadeira de professora. Porque para arrumar uma cadeira não bastava ser professora. Porque isso dependia da influência política que você tinha, quem era o deputado em que você votava, quem era quem. Quando descobri que para ganhar a cadeira sem precisar dessas influências, precisava tirar o primeiro lugar, me “aferrei” aos estudos. E comecei... sempre tirando primeiro lugar ao longo dos meus três anos no curso de professora.

Em Pauta – Foi a partir de Pesqueira que você prestou vestibular e foi para Recife?

Maria Helena – Eu vou chegar lá. Eu contei a história do pedagógico e da bolsa. Mas durante esse tempo, dentro dessa escola, eu era muito ativa e membro forte da Juventude Estudantil Católica (JEC). Tudo que era palavra de ordem da Juventude Estudantil Católica a gente fazia. A JEC tinha um projeto chamado “clube do livro”, em que se divulgava livros nos colégios de outras cidades da periferia. Ao mesmo tempo, essa era uma época efervescente. Você tinha na cidade de Pesqueira, as chamadas Ligas Camponesas. No interior do campo havia um trabalho muito grande com as Ligas Camponesas e, ligado com esse trabalho, também o Movimento da Educação de Base. Isso lá em Pesqueira.

Em Pauta – Isso era mais ou menos em que época? Qual era a sua idade?

Maria Helena – Devia ser em 1960.

Em Pauta – Era um momento de transição, não é?

Maria Helena – É. Era um momento bem forte de transição. Então, eu era da JEC e participava desse clube, onde se divulgavam os livros para outras cidades do interior de Pernambuco e, através desse trabalho, a gente divulgava o movimento de educação de base. O bispo de Pesqueira era um bispo muito avançado. Tínhamos um apoio muito grande dele, tanto para as coisas pessoais, quanto para as coisas dessa outra luta que começamos a articular através do trabalho da Juventude Estudantil Católica, com os cam-

poneses. Foi a partir daí que eu fui trabalhar no MEB, como voluntária. E o bispo, que conhecia a gente, nos reuniu e disse assim: “você têm que fazer Serviço Social. Eu vou arrumar uma bolsa para vocês em Serviço Social.” Duas amigas minhas, que nem precisavam da bolsa, porque elas eram ricas – quer dizer, ricas dentro do meu ponto de vista, porque eu era pobre e não podia sair para estudar em Recife e elas podiam – foram estudar em Recife. E eu, que estava terminando meu terceiro ano pedagógico, dizia: “eu vou para Recife! Eu tenho que ir para Recife. Tenho que estudar.” E o bispo dizia: “você vai sim, nós vamos arrumar uma bolsa para você em Serviço Social e você vai sim!” E aí eu fui. Tinha uma amiga minha que também foi fazer o vestibular em Recife e queria uma companheira para estudar. Já tínhamos terminado o curso pedagógico quando começamos a estudar para o vestibular. Fui para Recife com ela, mas sem esperança de passar naquele vestibular. Mas estudamos bastante e passamos no vestibular da Escola de Serviço Social.

Em Pauta – Qual era a Universidade?

Maria Helena – Não era universidade era escola isolada: Escola de Serviço Social.

Em Pauta – Mas era uma escola católica?

Maria Helena – Isso! Era Universidade Católica. Mas naquele tempo não tinha universidade, ela era isolada. Nem pertencia à Universidade Católica, mas era uma Escola de Serviço Social muito patrocinada pelo bispo da diocese, que era o Dom Hélder. Não, ainda não era o Dom Hélder. Era o bispo antes dele, porque eu chego na faculdade em 1964. Então, passei no vestibular em segundo lugar. Foi assim que entrei na Escola de Serviço Social e comecei a estudar.

Em Pauta – O bispo conseguiu a bolsa?

Maria Helena – O bispo conseguiu a bolsa e eu entrei para a Escola de Serviço Social. Mas, ao mesmo tempo, ele conseguiu também que eu trabalhasse no MEB. Agora, não mais como voluntária, mas remunerada como professora locutora do Movimento de Educação de Base.

Em Pauta – Você pegou o período da radiodifusão, como foi esse processo?

Maria Helena – Então, como professora locutora, eu dava aula para a zona da cana de açúcar. A gente dava aula, gravava a aula e depois ia para o interior, para os engenhos, que era onde estava a efervescência. Aquele era o momento de efervescência, de ebulição das Ligas Camponesas. Sobre tudo das Ligas Camponesas. Muito mais do que do Movimento Estudantil. Mas era muito híbrido o Movimento da Educação de Base, porque tinham pessoas da Juventude Universitária Católica (JUC) que iam para o Movimento da Educação de Base e pessoas do Movimento da Educação de Base que iam para a JUC. Então eu era professora locutora junto com outras meninas e íamos para o interior ver como essa aula estava sendo passada.

Na passagem da aula existiam os monitores e a gente fazia um trabalho de treinamento com eles. Era um treinamento muito ideológico a partir do

estudo da realidade, com estatísticas [...] Cerca de 70-80% da população vivia no campo. Então, todos os dados da realidade eram trabalhados nessas aulas.

Em Pauta – Esses monitores eram camponeses?

Maria Helena – Sim, todos camponeses. Eles faziam a mediação da nossa aula junto aos outros camponeses. E a gente fazia também o treinamento deles em seminários. Nós víamos como eles estavam dando aula, como os alunos estavam recebendo e como a gente dava aula. Era importante saber se a aula estava sendo uma boa aula, que permitisse aos camponeses absorverem o conteúdo.

O método básico era o método de Paulo Freire, que facilitava a análise da estrutura, da conjuntura e das relações sociais. Isso eu fazia de uma forma inocente, na verdade. Eu sabia das Ligas Camponesas desde Pesqueira, porque a gente estava nessa hibridez entre a JEC, o Movimento da Educação de Base e as Ligas Camponesas. A gente estava por ali.

Eu acho importante dizer sobre uma figura que foi uma espécie de metáfora para mim. Ele era um parente do meu pai, que morava lá em Pesqueira, e que não fazia nada. Ele era de uma família grande, uma família que não era tão abastada assim. E ele ia para minha casa e enquanto a minha mãe costurava – minha mãe costurava para fora – ele colocava as mãos na janela, do lado de fora, sem querer entrar, e começava a conversar. Ele era uma figura do povo, não tinha feito nenhum curso, mas sabia ler e escrever. Aí ele começava a falar com minha mãe “você está costurando para quê?” Então ele começava a falar da realidade.

Um belo dia, estou eu lá em um encontro, em um seminário do MEB, e ele está lá. Aí matei a charada: descobri que ele era uma figura que tinha uma articulação qualquer. Eu era inocente nesse tempo, eu não sabia de nada. Eu cheguei para ele e falei: “mas o que que você está fazendo aqui? Aqui não é para você.” E ele respondeu: “ora bolas, que papo é esse de que aqui não é para mim? Eu tenho direito de ficar onde eu quiser!”

Ele trabalhava com as Ligas Camponesas em diversos sentidos. Porque havia ações das Ligas Camponesas dentro da cidade e, com isso, eu fui descobrindo que ele atuava nas questões políticas. Só que eu não sabia que ele era do Partido Comunista Brasileiro (PCB). E ele tinha uma irmã – eles eram de uma família muito católica – que era acusada de beata e a gente não dava valor nenhum a ela. E eu descobri depois, no momento da repressão, que ambos tinham sido presos, quase destrocados, ela inclusive foi presa e levada para Recife de qualquer forma e ele também. Sofreram muito. Eu não sei do final da história.

Isso foi só um intervalo para contar como eu vou perdendo a inocência progressivamente, nesse conjunto de ações e de coisas que são do domínio público, que fazem parte da vida pública e não da minha vida privada. Mas eu vou tomando consciência disso muito devagar e com muita surpresa, sem entender tudo. Porque, na verdade, nessa altura, meu pai era pobre,

mas era um viajante. Meu pai foi uma pessoa que, em determinado momento, teve uma pequena fazenda. Como ele casou com a minha mãe e era costume do meu avô, criar um pequeno dote de 20 novilhas, 20 vacas para todos os filhos que casavam, meu pai foi para uma fazendinha, um restinho de terra que ele tinha, e ficou com aquelas 20 vacas. Mas chegou um determinado momento que começou uma briga, lá no interior, com essa história das vacas, e ele resolveu se desfazer disso e decidiu sair da fazenda.

Eu não sei como eu me lembro disso [...]. Eu era muito pequena, devia ter uns 4 ou 5 anos, mas eu me lembro desse dia como um dia de sofrimento para mim: a gente saindo de noite, uma noite de chuva. E a gente saindo em um caminhão. Eu me lembro da insegurança que aquilo me dava, eu captava no ar a insegurança que era aquilo para minha mãe, de mudar de vida, se jogar numa aventura. Meu pai era um aventureiro. Tenho alguma coisa dele na minha vida. E ele vai embora com esse caminhão.

Meu pai fazia aquelas viagens e nós ficávamos sozinhos, com minha mãe. E ela ali sozinha esperando, sem dinheiro... Esperando meu pai chegar. Quando a gente via, de repente, vindo o caminhão, era a maior felicidade. Ele chegava – ele viajava por esse Brasil todo – e trazia um monte de coisas naquele caminhão: latas de mel de engenho, sacos de laranjas bahia enormes. Era uma festa quando meu pai chegava. Então, quando era noite, ele ia contar histórias pra toda a vizinhança. Eu sei que meu pai contava aquelas histórias, todas inventadas. E a redondeza toda vinha para ouvir as histórias que ele contava. Meu pai era essa figura. Ele foi um viajante, deixava a minha mãe sozinha, sempre esperando por ele. Sabe aquela canção do Chico Buarque que diz assim: “e deixou minha mãe [...] esperando, parada, pregada na pedra do porto. Com seu único velho vestido, cada dia mais roto”? Então... só que lá não tinha porto. Era no interior, mas tinha uma ponte da onde vinha o caminhão. E ela virou costureira por causa disso, porque ela não tinha certeza do dia de amanhã.

O golpe militar de 1964 e a “Perda da Inocência”: a participação no Movimento Estudantil e na Ação Popular – AP

Bom, mas aí voltando ao assunto da minha ida para Recife, quando eu entrei na Escola de Serviço Social, eu fui eleita representante de turma, dentro do curso. Ao chegar a hora de eleger o Diretório Acadêmico, queriam que eu me candidatasse e eu não sabia nem direito o que era aquele Diretório Acadêmico. Tinha uma ebulição imensa na cidade com as Ligas Camponesas [...] e eu dentro do MEB, vendo aquela confusão, dando aula... Quando chegou o dia do Golpe de 64, eu me lembro muito: eu já presidente do diretório, em Recife, estava em um pensionato de enfermagem, com uma amiga, cujo companheiro é desaparecido político – nós fizemos todo o per-

curso juntas, depois nos separamos mais ou menos na vida, mas somos muito irmãs ainda, estamos sempre muito presentes. Então ela chega junto a mim dizendo: “Helena, o Golpe, o palácio do governo está todo cercado, aconteceu o Golpe, você tem que levantar!!”

E eu, acordando: “golpe? Mas o que isso significa?” Eu não sabia muito o que era aquilo, apesar de já estar no Movimento de Educação de Base, acompanhando todo o movimento. Eu não tinha noção do que era um Golpe, não tinha muita noção disso.

Em Pauta – E o governador era o Miguel Arraes...

Maria Helena – Era, era o Miguel Arraes. Aí ela dizia: “o Golpe... o palácio já está cercado. Vai haver uma passeata de estudantes, está todo mundo se mobilizando. A gente tem que sair daqui. Levanta daí!”. Então eu levanto tonta, sem saber o que fazer. Depois eu vou para a faculdade e está uma confusão. E eu sou presidente do diretório... Vi acontecer a passeata de estudantes e foi nessa passeata que morreram dois estudantes. Foi com muito medo que eu encarei aquilo e também com muita surpresa. É um momento que, na verdade, como eu digo, perdi a inocência. Porque eu não sabia o que era um Golpe. Vou perdendo a inocência, mas gradativamente.

No Movimento de Educação de Base a gente continuava com as aulas, mas tem um momento em que o Dom Hélder sai daqui, do Rio de Janeiro e, por determinação da igreja, vai para Recife. Lá, em Recife, é aquele estrondo com a chegada de Dom Hélder: as esquerdas todas, todo mundo se reúne e acha que Dom Hélder vai apoiar. E, na verdade, ele foi uma pessoa que sofreu muitíssimo, mas também ajudava a equilibrar as forças. [...] Ele era o diretor do MEB, um dos fundadores do Movimento de Educação de Base e tinha que dar aquele apoio ao MEB.

A gente fazia um planejamento da aula, pensando que a gente ia poder seguir, mas no momento da aula, ela saía do ar. Não sabíamos se, ao sair da aula, iriam aprisionar a gente. Era aquele clima ruim, mas, mesmo assim, eu achava que não ia acontecer nada. Então, o MEB resolve fechar uns dias, tirar umas férias. Fomos todos para Olinda, para uma pensão, pensar um pouco sobre as coisas. Mas mesmo nessa ocasião eu digo: “o que eu estou fazendo aqui, ninguém vai me prender, eu não faço mal a ninguém.” E o povo dizia assim: “Maria Helena, lembra! Você pode até não ter feito nada, mas você é do MEB!” Aquilo ia me tirando da minha inocência, criando um medo. E é neste processo que a Juventude Estudantil Católica se radicaliza e funda a Ação Popular (AP). A Ação Popular vai ser fundada no bojo dessa conjuntura e eu vou me aproximando dela. Sem querer eu era presidente do diretório, sem querer eu era da AP. As pessoas vão me chamando e entro nessas coisas [...]. Tudo isso era um movimento muito rico, do ponto de vista cultural também. Não era só medo, você tem também alegria. Era um momento muito forte, eu estava crescendo. Eu havia chegado em uma cidade grande aonde não sabia nem andar em um ônibus ... Eu era uma pessoa surpreendida não só pelos acontecimentos, mas surpreendida também

pela vida. Porque eu era inocente, morava no interior, em um lugarzinho daquele onde nada acontecia. E de repente me vi no bojo daquele movimento todo: vendo os camponeses serem presos, sem poder mais dar aula no MEB e vendo o próprio MEB sem poder dar mais apoio aos camponeses.

Ao ver essas coisas acontecerem sentia uma frustração tão grande com o curso de Serviço Social que fazia com que eu perguntasse: “mas que diabo esse bispo achava que eu ia encontrar nesse Serviço Social?”. Porque aquelas aulas de Serviço Social eu já não aguentava. O desenvolvimento de comunidade era a única disciplina de que gostava, porque tinha uma pessoa que era do MEB, meu colega, tinha um sociólogo que também era do Movimento de Educação de Base, e um economista. Então, o desenvolvimento de comunidade era a reunião desses três professores e mais uma outra professora que era assistente social.

Em Pauta – O que você chama de “perda da inocência” ocorreu inclusive com o curso de Serviço Social? Gostaríamos que você falasse um pouco mais sobre isso, sobre a área do desenvolvimento de comunidade, nesse momento, em Recife. Pois na história do Serviço Social, através do Desenvolvimento de Comunidade, produziram-se também experiências mais heterodoxas, mais críticas da relação entre o Serviço Social, a população e a realidade social. Foi assim em Recife?

Maria Helena – É. Era isso que eu ia falar agora.

Antes, era o Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. O de Comunidade era o refúgio que a gente tinha para falar das coisas que interessavam, da realidade, para fazer a crítica à prática do Serviço Social nas instituições. Mesmo assim, esse refúgio era pequeno e um colega meu, que dava aula dentro das comunidades, dizia: “Maria Helena, o que você estava fazendo aqui? Você tem que ir para a Sociologia. Vamos para a sociologia.” Porque ele era sociólogo. E eu queria ir, mas, ao mesmo tempo, eu já era presidente do diretório. E eu dizia assim: “eu não posso deixar aqui e ir para lá. Me deixa aqui (no Serviço Social) mesmo.” E eu fui ficando.

No movimento de comunidade, a Hebe Gonçalves era uma das professoras com as quais a gente mais se identificava no Serviço Social. Ela era uma mulher muito elegante, tinha estudado na França e trazia uma reflexão de fora, que para nós era muito envelhecida, mas ao mesmo tempo ela remodelava e modernizava com os elementos da realidade que vivíamos.

Em Pauta – Era mais um trabalho teórico dentro da disciplina ou tinham elementos práticos como a extensão, o estágio? Vocês iam para campo?

Maria Helena – Deixa primeiro eu falar das influências mais teóricas que a gente tinha.

No campo do Serviço Social era ela (Hebe Gonçalves) que tentava remodelar um pouco esse campo do Desenvolvimento de Comunidade com uma concepção diferente da Balbina O. Vieira, criticando-a e a outros dessa área. A sociologia dava o fundamento de uma análise da realidade – que eram

tempos separados de aula – e tinha também a disciplina de economia. Esses conteúdos fundamentavam a análise da realidade que a gente achava necessária para pensar em termos de Desenvolvimento de Comunidade. Nesse tempo, os autores que a gente dava na sociologia eram: Costa Pinto, Manuel Correia de Andrade, Josué de Castro, Celso Furtado além de outros autores. Viviam-se aquele tempo da passagem do mundo agrário para o mundo urbano. No urbano ficavam as consequências da migração do agrário que se expressavam, por exemplo, nos alagados, aqui conhecidos como favelas. A população pobre se concentrava nessas áreas de mar que eram alagadas – e que se tornaram um campo modular para o exercício do Desenvolvimento de Comunidade.

Nessa época, com o MEB fechando, pensei: “como vou sobreviver aqui?” Aí eu me lembrei da minha cadeira de professora que tinha adquirido, por ter ficado em primeiro lugar durante três anos naquele tempo do pedagógico. Eu tinha direito àquela cadeira e tinha o Serviço Social na Secretaria de Educação. A secretária era uma pessoa muito ligada ao antigo governo do Miguel Arraes. Fui falar com ela e disse que gostaria de ficar no departamento de Serviço Social. Fiquei alocada como professora nesse Departamento. Essa foi a forma que eu tive para sobreviver em Recife. Através dessa inserção é que eu cheguei ao estágio em comunidade, nos alagados. Nesse departamento tinha uma supervisora que era uma pessoa que aceitava tudo o que a gente dizia e que ia conosco para os estágios. Nesse tempo é que vai sendo feita a crítica, a partir desses elementos todos, aos próprios estágios e ao trabalho institucional do Serviço Social.

A gente passava os dias nos estágios, comia com as pessoas de lá [...]. Depois tinha que entregar aqueles relatórios que a gente fazia, mas aquilo não era a atividade mais importante para mim, era uma atividade meramente secundária na minha vida.

A minha memória individual está muito ligada à memória coletiva, não coletiva do Serviço Social em si, mas coletiva do momento que a gente viveu. O Serviço Social é um eco, uma caixa de ressonância de tudo o que se passava ali. Mesmo assim é importante reconhecer que a escola de Serviço Social, por ter uma diretora que era muito amiga de Dom Hélder, quando ela chamou um professor do Movimento de Educação de Base, um sociólogo, um economista, tudo gente ligada à esquerda, é porque ela quis incentivar uma mudança dentro da escola.

Em Pauta – Considerando a sua participação no movimento estudantil como membro do diretório acadêmico, foi preciso tomar alguns cuidados nesse momento pós-golpe?

Maria Helena – A gente teve que tomar todos os cuidados do mundo com essa militância, mas antes do AI-5, ainda era um controle mais parcial. Eu saí de Recife em 67 e fui para Salvador. Mas, antes disso, dentro da Escola de Serviço Social, teve um movimento muito forte de mudança de currículo, em que se discutiu o currículo e o Desenvolvimento de Comunidade com

conteúdo mais multifacetado, com outras feições. Foi a mudança do estágio que mobilizou a faculdade, porque todo mundo que era mais consciente queria ir para o estágio de comunidade, não aguentava mais o estágio em instituição. Então, começou a se refletir a realidade a partir dessas referências [...]. Nós tentamos questionar o Serviço Social a partir dos estágios. Muitos alunos que foram para os estágios nos alagados ou, então, para bairros afastados, levavam para lá o que não se tinha na faculdade, que eram os elementos que nós adquirimos nos partidos.

Voltando a questão da vigilância, da repressão, lembro que um dia, quando era presidente do Diretório Acadêmico, teve uma colega que era de um partido de extrema esquerda [...] e queria que eu distribuísse panfletos. Eu li o panfleto e não achei nada demais, era mais ou menos o que eu diria. Então eu falei: “olha, eu vou distribuir não pelo seu partido, mas porque está dizendo o que eu acho”. Mas era uma época vigiadíssima, tinha olheiros. Por conta dessa estória dos panfletos, ela foi presa e um militar foi lá chamar algumas pessoas, eu inclusive, que ele achava que estavam ligadas à ela, e também a diretora da escola. Mas eu fui, tranquila, e falei: “eu não fiz nada demais, simplesmente soltei um panfleto, mas não fiz nada demais” Eu era muito inocente, podia ter negado que tinha soltado o panfleto, mas fui verdadeira.

Nesse intervalo de mudança a partir do estágio, ocorreu o encontro da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), que é o primeiro encontro de estudante que tem em São Paulo, um congresso que eu não lembro o nome, onde estava José Serra e outras figuras que ainda estão por aí e que, naquela ocasião, eram do movimento estudantil, algumas, inclusive, já desaparecidas. Em São Paulo eu tinha pessoas conhecidas, estava com o endereço de um tio meu, mas estava com outros endereços de gente da esquerda – porque naquele tempo era assim. Aquilo que eu chamo de cumplicidade, a gente era como irmão: eu não conhecia você, mas se eu falava com você hoje era como se a gente já se conhecesse, você fazia parte do meu mundo. O que a Hannah Arendt chama muito bem de “mundo de relações”. O mundo era tecido por nós, então a gente se sentia bem com todo mundo que participava daquela ideia. Por isso não tinha problema a gente ir para qualquer lugar, desde que alguém dissesse quem a gente era e o porquê que a gente ia.

Quando cheguei em São Paulo, eu fui para casa de uma conhecida que tinha sido do Movimento de Educação de Base. Agora, se você me perguntar o que falaram naquele encontro... Eu sei que era muito análise da realidade. Mas o local do encontro, que eu já não lembro mais qual era, estava cercado – o governo era de Ademar de Barros. A gente estava na reunião e de vez em quando alguém dizia: “a polícia vai entrar!” E eu pensava: “desde quando a polícia vai entrar? A polícia não vai!” Então eu apaguei o que a gente discutiu, eu sei que era muita análise da realidade.

Em Pauta – Era um encontro da UNE, então?

Maria Helena – Era um encontro da UNE. E dentro do encontro da UNE tinha o encontro da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS). Eu sei que esse encontro foi super tumultuado [...]. Pegaram todos os nossos documentos e rasgaram, porque eram documentos de partido, na verdade. Então eu não lembro muito sobre o que a gente discutiu, sei que era sobre análise da realidade. De lá a gente saía para a Executiva Nacional de Estudantes, que era em uma rua de São Paulo, bem conhecida hoje, mas que também não lembro o nome.

Aquilo tudo para mim era uma grande aventura, era uma descoberta do mundo, eu tinha medo, mas era feliz, pela primeira vez na vida eu estava sendo eu mesma. Estava fazendo alguma coisa que eu achava que era importante para mim, para todo mundo e que me dava uma alegria enorme. Estava muito feliz, apesar do medo. Acho que a alegria era maior do que o sofrimento do medo. Na ocasião, o meu companheiro não foi para esse encontro, porque ele era engenheiro e estava em um estágio no interior da Bahia. [...]

Depois desse congresso, quando as coisas começam a apertar, eu me mudo para Salvador. 1967 foi meu último ano de faculdade. Em Salvador eu encontrei uma faculdade também no mesmo processo que a gente vivia. Porém, em Recife, era muito mais forte o processo de mudança curricular, a presença de pessoas ligadas à esquerda. Lá os estágios ainda eram muito vinculados à instituição. Tanto que meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), que se chamava Tese, foi sobre o “Serviço Social nas Instituições”. Eram 21 instituições que tinham Serviço Social e eu fiz uma tese sobre o Serviço Social nessas instituições e a minha orientadora era uma pessoa do partido, uma socióloga do partido. Ela foi exilada no Chile e nunca mais voltou para o Brasil.

Em Pauta – Só para esclarecer, você foi para Salvador por quê?

Maria Helena – Porque meu companheiro tinha sido selecionado pela Petrobrás. Era um luxo pertencer à Petrobrás, era o sonho de todo mundo, embora eu não tivesse esse sonho. Eu tinha um sonho, que era ser de partido. [...] Nós nos conhecemos no movimento estudantil. Porque a história do Serviço Social era muito ligada à história da engenharia. Devido a politização deles, os estudantes de engenharia eram um espelho para nós.

Em Pauta – O seu companheiro teve uma trajetória pelo MEB também?

Maria Helena – Não. Ele não era do MEB, ele era da JUC.

Em Pauta – E ele chegou a fazer a passagem pela AP?

Maria Helena – Ele era da AP, antes de mim. Porque a JUC logo se misturou muito com a AP. Eles fizeram toda uma discussão, tiveram vários encontros da Ação Popular de como pensar “comunisticamente” o cristianismo. Então teve uma série de seminários que vão discutir essa coisa de como ser cristão e ao mesmo tempo ser comunista, porque a ideia era essa. Toda essa discussão de passagem do cristianismo para um partido constituído. Foi a partir da JUC que nasceu a Ação Popular. A JUC tinha vários documentos, eu

não lembro de todos, mas o mais importante se chamava Documento Base, que dizia “porque” e “como” você podia ser comunista sendo cristão. Então, tinha todo um apelo para não perder esses valores cristãos, que se imbricavam com os valores do marxismo à medida que pensava a realidade e a questão das desigualdades sociais naquela época.

Bem, mas voltando a nossa história, a gente se casou ainda quando eu estava em Recife, por procuração. Ele deveria ir para a Petrobrás, em Salvador, mas ele preferiu não entrar na Petrobrás e ir para o Rio ou São Paulo, porque ele achava que o movimento político, nesses lugares, estava crescendo mais do que em Recife e Salvador. Por isso ele veio para o Rio de Janeiro, mas não conseguiu arrumar emprego aqui durante três meses. Foi então que ele procurou a Petrobrás e perguntou se eles ainda o aceitavam. A Petrobrás disse que sim e ele resolveu ir para Bahia. A gente se casa por procuração, eu vou para Bahia e termino meu último ano lá. Foi lá que começou a discussão da radicalização do partido. Porque estávamos em um momento de radicalização. Começamos a ler uma bibliografia que não estava dentro da faculdade. Toda a leitura que a gente fazia já em Recife, durante o curso, não era do curso, era do partido. A gente levava para o curso fragmentos dessa discussão.

Em Pauta – Na sua memória o que ficou dessa discussão que você chama de “período de maior radicalização no interior do partido” como, por exemplo, a discussão da integração na produção?

Maria Helena – Essa discussão da integração na produção já foi um avanço. O partido mesmo foi evoluindo: estuda primeiro alguns intérpretes do marxismo, como Althusser, depois sai disso e entra muito em uma leitura das obras do Lênin, depois na leitura de *O Capital*, mas não tinha tradução do *Capital* ainda, era uma pequena tradução resumida de *O Capital*.

O próprio leninismo que chegou às nossas mãos, chegava via o pessoal do “partidão”, com quem a gente era “rachado”. Um livro que eu achava encantador era *Um passo à frente, dois passos atrás*, de Lênin ... Era uma leitura mais simples sobre os dois partidos que existiam na Rússia, o dos mencheviques e o dos bolcheviques. Nós discutíamos muito esse texto. Mas ao mesmo tempo, começou a entrar em nosso universo outras leituras, com a Revolução Cultural na China, de Mao Tsé-Tung. [...] Mas aí a leitura do *O livro vermelho*, de Mao Tsé-Tung, começou a ser a bíblia da integração na produção. Foi a partir disso que começou a discussão sobre as questões da ligação com o popular. Era a relação com o popular, do partido que devia se transformar em partido de massa. Porque a discussão inicial era: “a revolução é democrática-burguesa ou a revolução é popular?” Então a discussão foi avançando para que tipo de revolução se pretendia. Foi assim que se chegou até Mao-Tsé-Tung, com o exemplo de Revolução Cultural. Inclusive o partido chegou a enviar gente para China, depois de enviar para Cuba, para ver como eram as coisas por lá. Foi com isso que começou a história da integração na produção.

A integração na produção foi um movimento super conflituoso, era um conflito ideológico muito grande dentro do partido. Algumas pessoas defendendo e outras não. Nós e um grupo não defendíamos.

Em Pauta – Por que vocês não defendiam?

Maria Helena – Porque a gente achava que não bastava se integrar na produção para pensar como o povo, não se tratava de viver com o povo para poder aprender a pensar como povo. Porque o povo, na verdade, não pensava muito, o povo vivia, tinha uma vivência. E eles achavam que tudo tinha que se pensar como o povo: você tinha que se vestir como o povo, você tinha que cuidar dos dentes como o povo, da saúde ...tinha que ser tudo igual ao povo. Filho, por exemplo, não era para você não ter, porque o povo tinha filho. Todas as discussões eram discussões contundentes sobre a vida, sobre como pensar a vida de cada um de nós como se a gente fizesse parte do povo. E a radicalização era viver com o povo, como povo.

Em Pauta – E qual era a origem social de seus companheiros da AP?

Maria Helena – Os companheiros da AP tinham todas as origens sociais, mas muito mais da pequena burguesia. Eu era pobre, mas existiam outras pessoas pobres. Quando entrei eu era super valorizada, porque eu era de origem camponesa, eu estava lá em cima: eu era povo.

Em Pauta – Mas vocês vão viver integrados na produção durante esse período de moradia em Salvador?

Maria Helena – Nesse período quando eu vou para Bahia e a gente se casa é que tem a discussão de integração na produção. Discutimos com o partido essa questão, durante um tempo muito grande, mapeando o Brasil todo, para ver para onde as pessoas iam, quem ia para onde. Mas aí é aquela história, a violência simbólica é muito forte [...], a memória, ela não é tão individual, ela é coletiva e também o fazer é coletivo. O seu livre-arbítrio é muito limitado, não só pelo outro, mas pelo o que você começa a assimilar. Porque afinal de contas, a maioria decide se você tem que ir: se você não for, você sai do partido. Você não tem muita alternativa: se você sair do partido, você vai para uma vida que você não queria, que você negava, porque você já saiu dela. Então, você não tem outra alternativa [...], embora ache errado.

Em Pauta – Vocês foram se integrar aonde?

Maria Helena – Eu me lembro que o primeiro passo foi a gente ir para uma cidade de Salvador, na Bahia, que era Alagoinhas, onde tinha a Petrobrás, e meu companheiro já tinha ido para lá. Isso era um jeito da gente ir se aproximando do interior. Lá a gente morava em uma casona com todos os privilégios que a Petrobrás dava. Era tão gostoso viver aquela vida. E ter que me integrar na produção... (risos). Como meu pai dizia: “menina, você passou a vida toda lutando para ser alguma coisa e agora você vai ser uma camponesa, pior do que eu. Que besteira na vida que você vai fazer?!”

Mas aí a gente foi para esse lugar, ficamos lá um tempo enquanto resolvíamos essa questão da integração. Quando resolvemos que devíamos ir, passamos

um tempo em uma fazenda do meu avô que foi desapropriada, no interior de Pernambuco, em Pedra. Meu pai que morava lá, estava trabalhando junto com meu avô em uma plantação de tomate. O pessoal do partido começou a dizer: “ah, o pai e o avô da Maria Helena tem uma fazenda no interior, a gente pode ir para lá e ir treinando para ver como se faz um camponês”.

Em Pauta – Foram só você e seu companheiro ou foram outros do partido também?

Maria Helena – Nós dois. Como existia essa ligação minha com o campo, a gente foi para a fazenda do meu avô, no interior de Pernambuco, que estava sendo desapropriada porque era uma fazenda muito rica do ponto de vista hidrográfico. Como a cidade de Arcoverde estava muito seca, o governo resolveu desapropriar a fazenda do meu avô [...] mas ainda restou um pedaço de terra e meu pai aproveitou para fazer as plantações. Nós passamos um mês, na fazenda do meu avô. Mas um mês não dava para nada, um mês não servia para alguém ser camponês. Era isso que a gente discutia: como uma pessoa está no banco, vai sair do banco e vai ser camponês? [...] O pensamento era igual ao de Mao Tsé-Tung: tirar os intelectuais e colocar no campo ... para se educar. Era a mesma ideia.

Em Pauta – Essas ideias de Mao Tsé-Tung e da Revolução Cultural, pregavam o fim da separação entre o conhecimento e a ação, o trabalho intelectual e o manual.

Maria Helena – Pois é. Por isso tinha que ir para o campo, mesmo que significasse uma perda enorme. E eu questionava por que vai tirar esse do banco, colocar para ser camponês e o outro que não sabe nada do banco, vai para o banco, para ser preso? Ou o do banco vai para fábrica, sem saber nada de fábrica, tendo que fazer estágio, tendo que se integrar? Tinha muita gente que fazia isto e, antes de ir para as fábricas, ficava pelos bairros entrando em alguma oficina para aprender. Tudo isso é um esforço não só físico, mas um esforço de integração. Se você vai para um bairro pobre em que você nunca morou, o esforço de integração é enorme. Nós fomos para o interior da Bahia, um esforço de integração imenso.

Em Pauta – E como foi essa experiência?

Maria Helena – Bem, primeiro teve a discussão se eu ia para um lugar e ele para outro. A ideia era meu companheiro ir para o Maranhão e eu ir para outro lugar.

Em Pauta – E o partido poderia interferir inclusive nisso?

Maria Helena – O partido podia influir em tudo, até nos namoros, na vida. Por isso que eu falei que era na vida toda, no cotidiano, no jeito de você viver. Eu estava disposta a ficar separada, muito sem medir as consequências. [...] Um colega nosso, que era casado com aquela minha amiga, e que é desaparecido [...] queriam que a gente fosse para perto deles. Mas o partido não achava que a gente devia ir para lá porque um “tal lugar” precisava de mais gente com esse perfil. Era o lugar que pedia. Então, eles resolveram

deixar a gente ir junto para o interior da Bahia, na região do cacau, porque as áreas eram escolhidas pelo nível de conflito. Não fomos para fazenda e ficamos no povoado. Assim, meu companheiro pôde se integrar na construção civil, como pedreiro, carregando saco de cimento nas costas. Me dava vontade de chorar, eu via ele sofrendo tanto.... Eu fui me integrar na região do cacau. Eu saía de casa, daquele povoado, e ia para a região do cacau. Por quê? Porque tinha um trabalho que era de mulher, que era tirar semente do cacau. Os homens derrubavam e juntavam o cacau e as mulheres, em volta, tiravam a semente do cacau. Era uma coisa maravilhosa, eu me esquecia do mundo. E eu fazia aquilo com mais velocidade do que elas, porque eu tinha uma agilidade, eu sempre trabalhei muito com as mãos a minha vida toda, com costura, elas nem desconfiavam que eu não era dali.

Em Pauta – E vocês recebiam alguma tarefa do partido quanto à organização?

Maria Helena – Tinha. Mas deixa eu falar mais da integração. A primeira tarefa era estratégica, onde se situar? No povoado. Por que no povoado? Porque era perto do campo e também permitia se integrar na construção civil, porque para meu companheiro o campo era muito difícil. Eu achava ótimo, saía de manhã cedo com o sol assim rascante, lindo, ia andando e via a plantação de cacau, que era a coisa mais linda. Uma mata fechada e de repente você se deparava com uma casa colonial, lindíssima, mas só se podia ficar olhando, porque você era do povo, não podia nem se aproximar porque aquilo era um palácio. Os plantadores de cacau tinham aquela casa, mas moravam na Suíça, em São Paulo e não sei mais aonde. Quem ficava lá eram os capatazes que te tratavam a pontapé. Essa relação foi muito difícil, porque não estávamos acostumados. Eu sou do campo, mas meu avô era dono de fazenda, eu sou de outra origem. Eu não era trabalhadora do campo, eu era filha do campo. [...] As amizades que a gente fazia por ali eram poucas porque eles eram muito desconfiados de nós, era um tempo de medo. Eu só não tinha medo durante o dia, quando trabalhava, conversava, mas a noite eu tinha muito medo. Tinha uma casa na minha frente, com uns caras que eu sabia que não eram dali e eu achava que era a polícia olhando. A gente mal dormia, era muito difícil. Mas fizemos alguns amigos com quem discutíamos. Porque tínhamos as tarefas teóricas, de leitura de realidade [...], de discussão sobre o que a gente fazia, de elaboração de relatório sobre o que tinha sido feito, se a gente tinha conseguido conquistar alguém.

Em Pauta – Relatórios escritos?

Maria Helena – Escritos. Embora eu não soubesse o que eles faziam depois, se eles escondiam, se eles tiravam só o que queriam. Porque a gente estava em um ano de repressão.

Em Pauta – Isso ainda era em 1967?

Maria Helena – 1967-1968.

O aprofundamento da violência e a vida como risco

Em Pauta – E essa experiência durou quanto tempo?

Maria Helena – Não muito. Durou seis meses.

A coisa começou a complicar, porque queriam que a gente fosse para o espaço público. Porque até então conversávamos com as pessoas, tentando ver a realidade deles. Eram pessoas que tinham críticas em relação a situação de trabalho, ao salário e a gente aprofundava essas críticas com eles. E eles faziam comparação com São Paulo: “em São Paulo eles fazem greve”. E isso tudo a gente estimulava. E começou a radicalizar: o partido queria que a gente fosse colocar panfleto no supermercado, nas festas ... que a gente colocasse a cara a tapa. Fizemos muito isso quando éramos estudantes, quando não estávamos integrados à produção. A gente chegava no dia de comemoração do Primeiro de Maio e tinha quatro gatos pingados, que éramos nós, colocando panfletos [...]. Então a ideia do partido era essa. E nós discutindo: “não, não está na hora de fazer isso, vai todo mundo ser preso” – porque estava uma onda de gente sendo presa em todos os lugares – e eles: “não, mas tem que ir, tem que ir!”.

Em Pauta – Isso foi antes ou depois do AI-5?

Maria Helena – Depois do AI-5. Dissemos: “nós não vamos”. Vamos discutir nossa saída da integração na produção, mas não do partido. Porque existia outra forma que era ser auxiliar, ser área próxima. Ser área próxima significava ajudar de outra forma: ser aparelho, distribuir material, essas coisas. A partir da saída da integração tem todo o problema de reintegração no mundo. Que é você viver aquela vida de pequeno burguês, porque você precisava viver, fazer alguma coisa. E isso significa ser aparelho do partido. E ser aparelho do partido era o quê? Você receber gente para as reuniões. Foi a época mais difícil da minha vida... Era terrível viver em uma cidade como o Rio de Janeiro, cheia de aparelho e a repressão em cima. Quase todo dia, um aparelho caía. A gente dizia: “fulano de tal caiu”.

Em Pauta – Mas como ocorreu esse processo de mudança para o Rio? Seu companheiro saiu da Petrobrás?

Maria Helena – Ele já tinha saído da Petrobrás desde que se integrou na produção. A gente estava sem nada. Mas ele veio porque o pai morava aqui no Rio de Janeiro.

Em Pauta – Em 1968 vocês saíram de Salvador?

Maria Helena – Depois de 1968, isso já era meados de 1969. Daí ele foi procurar emprego como engenheiro, porque era a única saída que a gente tinha para viver. Ele arrumou emprego como engenheiro e foi trabalhar em uma firma de engenharia. Eu fico procurando um lugar para trabalhar, o que era super difícil, porque eu não tinha ainda trabalhado, eu tinha sido estagiária lá na Bahia e em Recife, mas essa experiência não valia para você trabalhar como profissional.

Fomos morar aqui no Flamengo. Foi quando eu engravidei. A gente não podia não ter filho, tinha que ter filho. Apesar de não estar mais tão dentro do partido como eu estava, quando integrada na produção, eu obedecia tudo, tinha que obedecer a todas às regras do partido. E quais eram as tarefas que a gente tinha? Distribuir panfleto, fazer contato, fazer ponto. Eu fiz ponto. O que era perigosíssimo, todo mundo caía de vez em quando. E eu ficava lá e a barriga crescendo... Meu medo era o medo da barriga e eu sonhava, não conseguia dormir, parece incrível, mas ainda hoje eu sonho, é raro, mas eu ainda sonho com uma bota na minha barriga. Olha só que coisa, quantos anos?! Isso foi na década de 70 e ainda hoje eu sonho, não sei quantos anos de análise, mas eu ainda sonho. Ainda hoje não posso ouvir tocar uma campainha estridente que eu tomo o maior susto. Essas marcas, [...] têm coisas que são indelévels, que você não apaga.

Tem um fato que não contei, que também não é pitoresco, mas é doloroso. Eu morava em uma casa em Alagoinhas, em uma casa de engenheiro da Petrobrás e eu tive que sair daquilo tudo. E eu me lembro que tive que me desfazer de várias coisas na época, mas o que mais me doeu foi me desfazer de um robe bem quentinho, todo cor de rosa, bem fofo, a máquina de escrever em que eu escrevi meu TCC, e minha mesinha do quarto que eu tinha montado para trabalhar. Esse robe e a máquina de escrever eu dei a uma amiga minha do PCBão. Eu dei essas coisas a ela, mas eu chorava... e ela falava: “mas não chore tanto, você vai voltar” e eu dizia: “não, minha filha, é para sempre, eu estou me despedindo, tudo aqui é para sempre, eu não vou voltar. É para sempre.” Isso foi a coisa que mais me doeu, dar essas coisas. Outra situação que me marcou estava relacionada a um apartamento alugado em Salvador, onde fazíamos reuniões do partido. Quando morava lá e ia ao cinema – eu me dava o direito de ir ao cinema, porque eu sempre fui muito apaixonada pelo cinema – eu passava na porta do cinema e da vitrine, porque eu sempre adorei muito ver roupa, ver coisa bonita. E eu passava e dizia: “nunca mais eu vou entrar no cinema, nunca mais eu vou ver vitrine. Nunca mais.” Então é uma despedida da vida, é como se você estivesse morrendo, é uma parte de você que morria. Porque, na verdade, quando a gente saía para a integração na produção a gente não pensava em voltar. Pensava mesmo que o único destino que a gente podia ter era ser preso ou morrer.

O processo de reintegração também foi doloroso, porque para nós todo mundo era pequeno burguês, pois gostavam dessas pequenas coisas, que eu gosto hoje, como uma mesa com bolo. Tinham os amigos de antes, mas já havíamos feito muitos cortes, porque não podíamos manter as amizades, isso era uma prática do aparelho e também da integração na produção. Na integração na produção eu cortei com a minha família. Eles rasgaram todos os retratos, todas as coisas que eu tinha de memória, meus pais deram fim, porque era perigoso ter qualquer coisa. Do mesmo jeito os amigos de antes, que não seguiram o mesmo rumo da gente, também cortamos com eles.

Lembro que, já no tempo de integração, tinha um acordo entre eu e meu companheiro: quando um de nós não tivesse colocado o jornal embaixo da porta é porque tinha acontecido o pior. Na época que éramos aparelho, um dia eu me esqueci desse acordo e não coloquei o jornal embaixo da porta.

[...] Nas voltas que o mundo dá, um dia meu companheiro foi transferido pela firma para Brasília e foi aquele dilema, a gente vai, a gente não vai [...]. Porque lá era muito mais perigoso, lá não tinha nada. Enquanto ele foi lá para sondar as coisas, eu fiquei no Rio de Janeiro, grávida. Um casal de amigos arrumou um trabalho para mim. Eles também eram da esquerda cristã, tinham um projeto de educação de base, com adultos, em um colégio onde passei a dar aula de noite. Eu fiquei no apartamento sozinha, grávida, e esse casal falou: “você não pode ficar grávida aqui sozinha. É perigoso para você. Já imaginou se acontece alguma coisa com você? Se você tem algum problema? Você tem que ir lá para casa!” E eles me levaram para casa deles com todo o perigo que era levar alguém como eu para casa, e eles sabiam do perigo que era. Eu fiquei na casa deles durante três meses e saía para fazer ponto com aquela barriga.

Em Pauta – O que era fazer ponto?

Maria Helena – Fazer ponto era entregar documento para pessoas do partido e a entrega acontecia em lojas, em pontos de ônibus, e era assim que muitas pessoas caíam. [...] Você podia cair em qualquer ponto, sozinha neste Rio de Janeiro. E eu fazia aquilo com medo, mas fazia porque achava que era meu dever, porque tinha que fazer. Era a “escolha de Sofia”, ou você faz isso ou você não faz nada.

Quando chegamos em Brasília, na década de 70, estávamos em pleno governo de Geisel. Era como se tivesse chegado no paraíso, porque eu sabia que meu filho poderia nascer, eu me sentia mais protegida. O meu companheiro ganhava bem, porque ele tinha direito à casa, ao telefone, à água, à luz, a tudo... então, todo dinheiro nosso era do partido, a gente só comprava comida, o resto era do partido. Foi assim que a gente continuou ajudando como membro do partido.

Em Pauta – Seu primeiro filho nasceu em Brasília?

Maria Helena – É, ele nasceu em Brasília.

Em Pauta – E a vida em Brasília, como foi?

Maria Helena – Foi lá que comecei meu esforço para ser profissional, porque aqui no Rio eu tinha dado essas aulas e procurado emprego, mas nunca tinha conseguido. Depois de passar três meses do nascimento do meu filho, comecei a procurar emprego. Em Brasília existiam a Secretaria e a Fundação de Serviço Social: na secretaria se planejava o Serviço Social e na Fundação se fazia o Serviço Social. E eu encontrei na Fundação de Serviço Social uma professora da Escola de Serviço Social de Recife que gostava muito de mim e sabia que eu poderia fazer alguma coisa lá. Então ela falou com o Lucena Dantas, que era diretor da fundação, e eles me colocaram lá. No

começo fui para a cidade satélite de Taguatinga para trabalhar no programa de habitação.

Lá em Brasília, em 1970, já tinha havido uma repressão grande entre os Assistentes Sociais, alguns já tinham sido presos. O Vicente Faleiros tinha sido posto para fora da Fundação de Serviço Social. [...] Lá ninguém sabia o que eu tinha sido. A única pessoa que me conhecia um pouco, mas sem saber da minha vida, era a tal professora. Os outros não me conheciam e não falavam muita coisa comigo. Mas falaram do caso do Vicente Faleiros.

Em Pauta – E o conteúdo do que falavam era em relação a esse período?

Maria Helena – Eles falavam da repressão que tinha ocorrido em relação a alguns profissionais. Eles criticavam muito o Lucena, porque tinha colocado todo mundo para trabalhar na área, nos centros sociais. Primeiro, eu fiquei lá na sede um tempo sendo assessora daquela assistente social que falei. Depois é que eles me colocaram no campo. Queria ir para o campo porque eu me sentiria mais livre, porque sendo assessora eu não podia dizer nada, tinha que corroborar tudo o que ela estava dizendo. Então entrei nesse programa de habitação em Taguatinga. Eu estava começando a minha carreira e queria colocar aquilo para funcionar. Acho que minha atuação foi tão boa lá com os assistentes sociais, que eles resolveram me colocar como supervisora do programa de habitação das cidades satélites.

Na cidade tinha um trabalho com a comunidade, era um trabalho bem feito que mapeava a cidade inteira, para saber a situação dos moradores. Alguns eram remanescentes das políticas de remoção e formaram os bairros periféricos como a Ceilândia que se originou a partir de uma remoção de moradores do Núcleo Bandeirante. Uma das ideias da época era criar um programa de habitação, mas, na minha época, isso nunca saiu do papel, ficou só no mutirão.

Então a gente selecionava quem não tinha casa, o terreno, organizávamos os mutirões e íamos para lá fazer o trabalho com eles. E ali, como no Recife, eu ia colocando minhas ideias em prática e conversando. Passava o sábado e o domingo inteiros no mutirão. E o meu companheiro ia comigo, coitado, e ficava lá cuidando do nosso filho enquanto trabalhava. Eu trabalhei de 1973 a 1976, nunca saiu uma casa, nunca saiu um programa, nunca saiu nada. [...]

Qual era a metodologia? Primeiro reunir aquela população toda. A gente trabalhava muito, mas não tinha efeito ... Fazíamos encontros, diagnósticos de tudo o que faltava e o que não faltava. No fim faltava plantar árvore, porque na cidade não tinha árvore. Era o que sobrava. A gente plantou muito árvore.

Em Pauta – Nesse período era visível algum tipo de organização e luta da população nesses bairros? Ou algum processo de repressão a essa organização?

Maria Helena – Não, porque eram cidades novas. Todas essas cidades foram implantadas em Brasília e estava começando a aparecer os problemas. A

partir do diagnóstico que se fazia, não víamos nenhuma mobilização maior, as pessoas estavam insatisfeitas de não ter água, de não ter luz e queriam lutar para isso. Mas não tinha nenhum movimento da população para fazer as coisas, pelo menos não ressoava dentro dos centros sociais. A gente fazia esse mapeamento da cidade, fazia o diagnóstico para ver quais eram os problemas maiores e depois avaliávamos com eles para tentar resolver esses problemas depois.

Em Pauta – Quando você chega em Brasília, você fala de um anonimato, ninguém te conhecia, mas você ainda mantinha vínculo com o partido. Essa experiência vinda da ação profissional ampliou o seu processo de formação política?

Maria Helena – Mas aí é aquela história, não é? É por isso que eu digo que a história da gente é uma história coletiva, não só profissionalmente, mas da sociedade como um todo e o silêncio é uma coisa que está presente. É uma sombra. Tudo é feito na sombra. Com o tempo eu comecei a identificar e a ter cumplicidade com algumas pessoas que eu vou descobrindo ... elas me contam um pouco das suas vidas, e eu conto um pouquinho do meu tempo de estudante, não da minha integração na produção. E assim eu vou identificando algumas pessoas com algumas cumplicidades, que possuem a proposta de fazer alguma coisa avançar para além do programa estabelecido pela Fundação de Serviço Social e para além da proposta do Lucena, mas é uma coisa sutil.

Por exemplo, tinha um programa com os sapateiros lá em Taguatinga, e tinha uma menina que era nova, tinha chegado há pouco tempo, mas era muito inteligente, curiosa. Nós começamos a discutir cada programa. Eu era supervisora da fundação como um todo e, por isso, avaliava todos os programas de cada área. Esse era um trabalho que fazia e nem sei de onde eu tirava tanta energia. Mas eu trabalhava muito. Tanto que uma vez eu fiz um relatório e o Lucena disse assim: “está se vendo que você é mulher de engenheiro”. E eu falei: “não misture as coisas! Ele é engenheiro, mas não foi ele que fez”. Isso era um trabalho de pesquisa que a gente tinha feito, cheio de dados, de informações. Então, essa menina, por exemplo, eu notava que ela tinha lido alguma coisa que dizia respeito ao partido. Tinha outra que eu descobri que tinha sido presa. Por exemplo, com o sapateiro a gente discutia quem ganhava mais. Porque ele era sapateiro, mas não era dono daquela banca, era outra pessoa. E aí a gente começava a discutir com ele o que era dele e o que que não era, quem que ficava com mais, quem que ficava com menos, para onde é que ia esse valor. O que era um salário, por que as coisas eram daquela forma... Algumas coisas evoluíam para além da discussão, mas era muito vigiado. Na verdade, as pessoas não eram atrasadas, simplesmente elas não podiam falar, nem eu podia falar. A gente não falava. Mas fazíamos algumas discussões com eles: a questão da desigualdade, a questão de não ter acesso a serviços. Por exemplo, o programa de habitação, o que foi resolvido até agora? Nada. E por quê?

Porque não tem o programa. E por que não tem o programa? A gente levava eles a pensar. O tempo todo a gente levava eles a pensar, mas a gente mantinha uma “neutralidade comprometida”, porque o que a gente fazia também era vigiado.

Em Pauta – Essa sua experiência em Brasília dura quanto tempo?

Maria Helena – Dura três anos.

Em Pauta – Você falou que ainda tinha vínculo com o partido. Mas como era esse vínculo?

Maria Helena – Só ajudava com dinheiro. Porque as pessoas do partido nem se atreviam a ir para Brasília. Porque a gente não conseguia ter contato lá, a repressão era muito grande. [...] Depois de Brasília eu vou para Goiás com meu companheiro. Eu passo um ano lá. Saí da fundação, para ter meu segundo filho, mas depois voltei para pedir demissão. Fiquei um ano lá em Goiás e vim embora para o Rio de Janeiro. Foi a partir daí que eu fui fazer o mestrado. Na verdade, eu demorei para entrar no mestrado. Eu queria fazer mestrado em Sociologia ou Filosofia.

O reencontro com o Serviço Social a partir dos anos 70

Em Pauta – E por onde passou o mestrado na PUC?

Maria Helena – Essa aproximação ao mestrado em Serviço Social foi meio por acaso, porque tinha chegado uma pessoa de Brasília que queria ir no Departamento de Serviço Social e eu fui junto com ela. Quando cheguei lá, ao saberem que eu era assistente social, me perguntaram: “porque você não faz seu mestrado em Serviço Social aqui? Você pode ter bolsa”.

Ao mesmo tempo surgiu a oportunidade de trabalhar no Mobral. Fiquei no maior dilema, porque o valor da bolsa era pequeno, enquanto o salário do Mobral era um bom salário. No final eu fui fazer o curso de mestrado e foi lá que eu retomei a profissão.

Na minha época de Serviço Social a gente ficou muito na sombra, porque foi a época da ditadura, lá em Brasília. E a anterior, em Recife e Salvador, foi um período de fundação de outro Serviço Social do qual participei, mas vivenciei pouco porque fui me integrar na produção e vivi muito mais o partido do que a profissão. Até mesmo porque, da profissão, não tinha muita coisa para viver. Em Salvador, o Serviço Social era muito mais atrasado do que em Recife. Não existiam os estágios, nem uma maior discussão, como a gente teve em Recife. Porque em Recife a gente teve uma certa hegemonia durante aquele momento de ruptura, como uma forma de ação. Eu acho que aquele foi um dos momentos mais ricos do Serviço Social e não foi registrado. Esse é o problema, pois só o que está escrito é o que aparece como a história do Serviço Social. Não tem como você recuperar. Nas minhas elucubrações, durante um tempo, tinha até pensado em fazer isso, mas... Cada um pode falar e olhar a partir do seu lugar. Então, as pessoas

ao falarem da história da profissão, vão falar mais ou menos as coisas que eu falei, com outro olhar talvez. Eu com meu olhar mais partidário e o olhar delas mais profissional. Tipo a Hebe Gonçalves, por exemplo.

Em Pauta – Como era viver essa volta à Universidade, agora na Pós-Graduação, mas ainda na ditadura? Porque o Serviço Social tem como referência histórica importante essas primeiras dissertações que pretendiam um diálogo teórico com o marxismo. Fala um pouco sobre isso, sobre a sua relação com as pessoas que você conheceu nessa época, como a Alba Pinho de Carvalho ...

Maria Helena – Antes de nós, foi o grupo da Josefa Batista Lopes. Ela trabalhou com a Miriam Limoeiro. No meu grupo tinha gente do país inteiro. O mestrado de Serviço Social da PUC foi um lugar que acolheu aqueles que não fizeram mestrado durante o tempo da ditadura.

Em Pauta – A Miriam Limoeiro foi sua professora?

Maria Helena – Foi, no movimento que a gente fez de saída do departamento para outros departamentos. A Miriam Limoeiro estava na Sociologia. Alba já estava na disciplina da Miriam Limoeiro e eu fui junto com ela e outras pessoas, fazer a matéria. Lá a gente discutia muito. Miriam Limoeiro ia ser minha orientadora e da Alba. Mas era tanta coisa que a Miriam tinha, que ela não tinha tempo. E eu também não tinha a paciência da Alba... então ela me encaminhou para um sociólogo... que eu não gostei.

Com a Miriam Limoeiro foi uma experiência com vários autores porque a aula dela era um reduto da resistência na PUC.

Em Pauta – Uma discussão muito forte foi a leitura de Bachelard, nessa época.

Maria Helena – É, isso estava inclusive no livro dela, *Ideologia do desenvolvimento*, que trabalha com uma visão muito metodológica, e que se baseava muito em Lévi-Strauss. Ela elabora o método pela própria visão dela, mas com uma leitura do método de Marx. Era isso em que a gente se fixava, a leitura do método de Marx. Eu, a Josefa, a Alba...era essa leitura do método de Marx que ela fazia com a gente.

Em Pauta – No departamento não tinha ninguém que se colocasse nesse campo teórico de discussão?

Maria Helena – Não, no departamento não tinha ninguém. [...] Nós rompemos os muros para ir para as Ciências Sociais [...]. Depois de nós teve aquele episódio na PUC que todo mundo foi posto para fora, 11 professores, acho. E foram todos para o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ. A partir disso o movimento de resistência da PUC não sobreviveu muito tempo, caiu.

Em Pauta – Foram colocados para fora pela própria igreja?

Maria Helena – Isso, pela própria igreja.

Paralelamente a esse processo começou a aparecer um movimento de remodelação na Escola de Serviço Social da UFRJ, porque os mestrandos da PUC ingressaram como professores dessa escola. Entrou a Durvalina pri-

meiro, depois a Maria Helena Rauta e outros. Foi a Rauta que me introduziu lá. Eu entrei como professora precária.

Em Pauta – Você conheceu a Rauta em qual ocasião da vida?

Maria Helena – Nos corredores da PUC. Mas voltando um pouco mais a meu período de mestrado, tentei ir para o departamento de Filosofia, assistir algumas aulas. Cheguei a ter alguns encontros e conversas com alguns professores e a fazer um curso com um deles sobre Gramsci. Nesse, inclusive, fui a única aluna, tive esse privilégio. [...]

O contato com a bibliografia do Serviço Social latino-americano, foi através da Ana Augusta, professora do departamento de Serviço Social da PUC, naquela época. Faltou dizer uma coisa: eu me reporto ao meu passado, como se tivesse tido um intervalo grande para pensar o Serviço Social, porque, quando eu estava lá na Fundação de Serviço Social, o que fiz foi muito baseado nas minhas vivências políticas da Ação Popular e na sombra, no silêncio. Foi uma espécie de intervalo na relação com o Serviço Social, que retomo só com a minha chegada na PUC. Foi a partir daí que eu fui ver que existia o Serviço Social latino-americano, que existia o documento de Belo Horizonte, além de outras coisas que eu não sabia. O Documento de BH, por exemplo, não repercutiu na Fundação de Serviço Social, em Brasília. Em nenhum momento o que aconteceu em Minas, repercutiu lá. [...] Então, com esse Serviço Social a gente só teve contato lá na PUC, via Ana Augusta de Almeida, apesar dela ter as leituras dela. Ela passava textos da *Acción Critica*, entre outros.

Em Pauta – E as experiências do Serviço Social no Chile chegaram para vocês, nessa época, do mestrado?

Maria Helena – Chega, mas chega pouco e sobretudo através dos livros do Faleiros. [...] A gente comia aqueles livros todos, os latino-americanos. Era tudo em espanhol. Foi aí que eu aprendi a ler em espanhol, não sabia ler, mas fui aprendendo. Esses livros todos da América Latina nós lemos e comentamos. Mas, assim, a gente comentava através da Ana Augusta e ela discorria de muita coisa e a gente discutia um pouco.

Nesse tempo, houve um seminário, com a participação da Leila Lima, via um convênio entre o Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS) e o Sindicato de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro. Nesse meio tempo a Regina Marconi já estava no sindicato, e a gente também entrou nas discussões da entidade. Foi assim, via esse convênio, que resolvemos fazer um seminário com pessoas de todo o Brasil que trabalhavam nessa tradição do outro Serviço Social, da fundação de um novo Serviço Social. Inclusive eu fiz contatos com pessoas da Bahia, da Paraíba, do Maranhão, como a Josefa, todas eram pessoas que eu conhecia do meu tempo. E a gente fez esse seminário com a Leila. A Marilda também estava nesse seminário... e nessa ocasião ela estava construindo aquele livro *Relações Sociais e Serviço Social*, junto com o Raul.

Em Pauta – Foi aqui no Rio?

Maria Helena – Foi. A partir desse seminário tudo avança, mas avança via sindicato. Não mais através do mestrado.

Em Pauta – A gente já está falando do período final dos anos 70, não é?

Maria Helena – É, já na transição da ditadura para a democracia, que é o período quando a gente entra nas faculdades e começa a mudança do Serviço Social, via o Serviço Social latino-americano. Essa era a referência que a gente tinha, mas assim mesmo não podia usar muito. Por exemplo, Gramsci eu não posso usar quando estou na faculdade. Eu fui dar aula de Movimentos Sociais, usei José Álvaro Moisés e fui chamada à atenção. E eu falei: “esse livro não tem nada demais, estamos discutindo a democracia”. O nome do livro era *Cidade, Povo e Poder*.

Em Pauta – Quando você foi para UFRJ era início dos anos de 80?

Maria Helena – Quando eu entrei ainda não tinha terminado minha dissertação e era 1980.

Em Pauta – Eu fui a primeira turma do novo currículo.

Maria Helena – A gente lutou pelo novo currículo. Eu dava duas disciplinas e os alunos ficavam até na janela, para você ver como o povo estava ansioso por mudança. Não aguentavam aquele Serviço Social. Eu dava o livro do Lúcio Kowarick, sobre marginalidade, mas era outro nome a disciplina, não podia ser marginalidade e, por isso, chamava-se “Patologia e Serviço Social”. Eu quase não conseguia dar aula, de tanta gente que tinha.

Em Pauta – A partir da sua inserção na UFRJ, na área de Movimentos Sociais, você ficou identificada fortemente como a professora que ia fazer a interlocução com a sociedade civil, com os movimentos de bairro, Durvalina e Rauta com os movimentos de favela e a Maria Inês, depois com os movimentos da saúde.

Maria Helena – Foi um esforço nosso, era Durvalina, eu e a Rauta. A Inês, eu não conhecia, ela não era do meu tempo da PUC, foi antes de mim. Um tempo depois começamos a discutir quem chamaríamos para a faculdade. Foi aí que entrou a Marilda e o Zé Paulo. [...] A Rauta foi uma pessoa pioneira dentro do Serviço Social, ela tem o mérito enorme de ter mudado a feição daquela escola. Sem esquecer que isso foi junto conosco.

Em Pauta – Você chegou a participar, nesse período da transição dos anos 80, do movimento político de fundação do Partido dos Trabalhadores? Eu pergunto porque o Serviço Social teve uma inserção muito forte na criação do PT, em diferentes lugares do Brasil.

Maria Helena – Não. Eu fiz uma promessa para mim mesma de que eu nunca mais ia pertencer à partido, apesar de eu ter uma admiração grande pelo PT e pelas pessoas que estavam fundando o partido. Antigas companheiras minhas entraram para o PT, mas eu resolvi na minha vida que não queria mais ser de partido. [...] Na verdade, eu achava que devia ficar no Movimento de Base. Porque a minha experiência anterior foi muito de vanguarda. E à medida que pensei a própria forma de ver a relação intelectual/massa, a partir da leitura do Gramsci, eu revi minha posição em

relação ao campo popular, a história da ligação com a massa. Achava que tinha que ficar como base. Foi por isso que fui para os movimentos de moradia, para a FAMERJ. Lá eu podia ser mais silenciosa, só acompanhar o trabalho deles. Fiquei na FAMERJ porque achei um jeito de me engajar, de entrar nos movimentos. [...] Na UFRJ, sempre trabalhei com disciplinas como Movimentos Sociais e Metodologia Aplicada, que eram ligadas ao meu trabalho de pesquisa e extensão.

Em Pauta – Queremos agradecer imensamente o seu depoimento.

Maria Helena – Quero dizer que não me cabiam outras coisas na época ... E por isso eu sou muito grata à vida, por ter me dado essa oportunidade. Porque naquele momento era o que a gente podia fazer. Foram muitos erros, mas foi o que gente pôde fazer. Então, me considero privilegiadíssima de ter vivido essa época. Sinto-me como se eu pudesse morrer tranquila, porque fiz o que a vida me pediu, embora com problemas, com dúvidas. Mas acho que foi o que a vida colocou para mim.